

---

## A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro uma nova contribuição à crítica do movimento<sup>1</sup>

Agripa Faria Alexandre\*

---

### Resumo

O artigo apresenta uma crítica a respeito do movimento ambientalista brasileiro como um *movimento complexo e multissetorial*. Esta crítica está dirigida especificamente ao trabalho acadêmico de Eduardo Viola. Para este estudioso do ambientalismo brasileiro, pode-se entender as ações dos verdes através das articulações em redes que estes passam a estabelecer principalmente a partir da década de 80 até nossos dias. Por isso, a descrição científica a respeito dessas articulações como sendo características de um *movimento complexo e multissetorial*. O artigo questiona a caracterização do movimento ambientalista brasileiro como um *movimento complexo e multissetorial*, e discute os riscos de se entendê-lo a partir desta perspectiva. Nas problematizações a respeito do surgimento e continuidade do movimento ambientalista brasileiro, feitas por Viola e, muitas vezes, em co-autoria com outros pesquisadores, o dado de ganho da multissetorialização passa a ser visto como "evolução" do movimento, quando, na verdade, entende-se aqui que isso se trata de um retrocesso. Daí a perda da radicalidade do movimento, principalmente com a absorção do discurso ecológico "competente" pela mídia, empresários e governos.

Palavras-chave: Movimento ambientalista brasileiro; radicalidade política; movimento complexo e multissetorial.

### Abstract

This article presents a critic on a very approach on sociological analysis of the Brazilian environmental movement as a complex and multissetorial movement. This critic is expressed against the academic analysis of Eduardo Viola. For this renamed analyst of the Brazilian environment movement, one can comprehend the green actions by the networks they are articulating since the 80's. For that reason, Viola describes an evolution of the environmentalists crossing different degrees, until to conquest the government sphere. The article discusses this point of view and refers to the risk of comprehending the movement on that way. The loss of radical

---

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da FURB. Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Diretor do Instituto de Ecologia Política. [agripa@cfh.ufsc.br](mailto:agripa@cfh.ufsc.br)

<sup>1</sup> A primeira crítica que fizemos ao movimento aparece no livro com o mesmo título deste artigo.

message of the green is demonstrated here by reporting to the capture of the ecological discourse constructed by media, managers and government.

Keywords: Brazilian environment movement; political radical action of the green; multisectorial environmental movement.

## 1 – INTRODUÇÃO

O artigo oferece uma larga crítica a respeito de um enfoque próprio de análise da Sociologia sobre o movimento ambientalista brasileiro como um *movimento complexo e multisectorial* desenvolvido muito particularmente nos trabalhos de Eduardo Viola em parceria com outros pesquisadores. Entendida aqui como inseparável do que é o movimento ou pelo menos repercutindo nele decisivamente, a análise de Viola pretende que as ações dos verdes podem ser entendidas como ações através de articulações em rede iniciadas principalmente a partir da década de 80 até nossos dias. Por isso, a descrição científica dessas articulações como sendo características de um *movimento complexo e multisectorial*.

Nesse sentido, o dado de alargamento da multisectorialização é visto, por Viola, como um 'avanço', no sentido específico de que as práticas sociais no Brasil vêm incorporando a mudança civilizacional proposta pela filosofia do ambientalismo. Discute-se aqui, entretanto, a perda da radicalidade do movimento, tendo em vista que com a multisectorialização vê-se facilmente a tomada sem resistência do discurso ecológico 'competente' pela mídia, empresários e governos.

## 2 – ASPECTOS FÁTICOS DA BANALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

Os pressupostos políticos e éticos do desenvolvimento sustentável foram, e ainda são, submetidos a um superficial exame de análise no Brasil. Como afirmamos alhures, grandes empresários brasileiros, por exemplo, já têm bom conhecimento a respeito do fato de que o desenvolvimento econômico requer hoje uma certa qualidade ambiental, em especial se o mercado

visado for o internacional. Nas empresas, medidas como gestão ambiental de diversos tipos vêm sendo adotadas. O governo, de sua parte, através de suas agências ambientais, confere à problemática ambiental um tom conciliatório, impulsionando a adoção de conteúdos normativos e incentivando implementações científicas e tecnológicas sinônimos de uma suposta menor degradação ambiental.

Na pauta dos conflitos e discussões dos maiores problemas socioambientais, o cerne da problemática ambiental, entretanto, não é tratado, ou seja, mudanças drásticas nos valores morais e estilos de vida. Sempre transparece que arranjos setoriais e particularizados darão resposta à crise socioambiental generalizada que é consequência do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal predominante no mundo globalizado, e que requer sempre mais produção com mais estímulo ao consumo, gerando um processo de alienação no trabalho (substituição das relações humanas por relações entre mercadorias), com repercussão na cultura, no lazer etc. A dinâmica dos riscos construídos no processo de interação sociedade-natureza, comuns aos padrões socioeconômicos de desenvolvimento das sociedades industriais, vem gerando também toda uma sobrecarga de impactos na dinâmica regenerativa e assimilativa dos ecossistemas. Enquanto isso, problemas referentes à perda da qualidade de vida de populações sem renda, sem saúde e sem educação são tratados superficialmente.

A exemplo do que se pode constatar da leitura de algumas publicações voltadas para o setor empresarial no Sul do Brasil, a temática ecológica está subordinada (e por que não dizer presa?) a um discurso teórico e prático bastante sofisticado de ecocapitalismo, o qual vem se mostrando capaz de responder a certos problemas de produção, degradação e absorção de efluentes nas indústrias que satisfazem às cobranças (menos avisadas) da sociedade, do governo e, cada vez mais, do *marketing* ecológico, como o do tipo que costuma ofertar

prêmios de destaque em ecologia.

Sobre este último, a título de ilustração, vale reproduzir aqui a matéria jornalística do jornal *Diário Catarinense* (do grupo RBS, filiado à Rede Globo) de domingo, 8/12/1996, referente à publicidade do 4º Prêmio Expressão de Ecologia concedido ao hotel de luxo Costão do Santinho, em Florianópolis, Santa Catarina, que por longo tempo foi réu na ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (Processo nº 96747810, de 13/12/1996), e que, por acordo judicial, foi liberado sob condições de reparação e recuperação de danos ambientais, em 5/1/1998.

O empreendimento, hoje, é exemplo de elitização e privatização de praias, uma vez que, teoricamente aberto ao público, constrange a passagem e circulação de pessoal não-hospedado devido às barreiras morais de segurança, garçons e mesas luxuosas nas areias da praia. A matéria estampava a foto, em página inteira, do diretor-presidente do Costão do Santinho, Fernando Marcondes de Mattos, na solenidade de entrega do prêmio, e nela podia-se ler:

COSTÃO DO SANTINHO RESORT. PRÊMIO EXPRESSÃO DE ECOLOGIA. Praia do Santinho. Ilha de Santa Catarina. Foi nesse cenário paradisíaco que foi projetado e implantado o Costão do Santinho Resort. Um empreendimento turístico/habitacional, cujas premissas de ocupação estão fundamentadas na idéia de que o produto cultural e o patrimônio ambiental devem ser colocados em circulação econômica, buscando-se a sua preservação e valorização num processo de uso sustentado. Numa área total de 1 milhão de metros quadrados, estão preservados 750 mil metros quadrados de Mata Atlântica e dunas intocadas. O respeito à natureza e ao patrimônio histórico renderam ao Costão do Santinho o PRÊMIO EXPRESSÃO DE ECOLOGIA, o mais importante do setor, na área de turismo e qualidade de vida. O empreendimento agora parte para um novo desafio: a implantação de um museu ecoarqueológico ao ar livre, inédito no país. Costão do Santinho Resort: exemplo de intervenção em área de elevado valor ecológico e cultural, considerando práticas de desenvolvimento sustentado. (*Diário Catarinense*, domingo, 8 dez. 1996, p. 49)

A banalização da problemática socioambiental, ainda para o caso da Região Sul do Brasil, não está somente circunscrita às

matérias de publicidade em jornais. No trabalho empreendido de pesquisa e leitura, encontrou-se, por exemplo, inúmeras edições da revista *Expressão* (revista mensal de informação que abrange os estados do Sul do Brasil, e que tem claro em seus objetivos adular talentos individuais e alardear uma cultura do tipo cidadão-consumidor bem informado), cujos conteúdos inteiros eram, sob diversos aspectos empresariais, ecológicos<sup>2</sup>.

Em 1993, procurando então já acompanhar o debate em torno do nexos entre desenvolvimento e meio ambiente, que ganhou notável impulso por ter sido o Brasil o anfitrião da Unced (United Nations Conference on Environment and Development); em 1992, a revista passou a estampar, em seqüência, uma edição a cada ano, pelo menos matérias mensais de capa, cujo tema inteiro da edição enfocava a ecologia e os desafios para o chamado empresário verde.

Em seu n.º 72 (ano 3), a revista publicou a manchete "O fator verde", tentando mostrar que, depois da Unced 1992, o debate ecológico trouxe novos desafios para o progresso. Em 1994, no n.º 51 (ano 5), a matéria de capa já era aquela que a revista intitulou ser a "Era do Ecobusiness", e então, segundo seus jornalistas, a problemática socioambiental estava "definitivamente incorporada aos negócios". Em 1995, no n.º 61 (ano 6), o título da revista assim podia ser lido: "Empresários x ambientalistas, começa o tempo de conciliar desenvolvimento e preservação".

Em 1996, no n.º 71 (ano 7), a revista empreendeu uma edição dedicada ao problema do lixo industrial, quando então tentou discutir os desafios do tratamento de lixo líquido e sólido.

Na edição de 1997, de n.º 82 (ano 7), a revista adquiriu um conteúdo verdadeiramente publicitário ao estampar, por exemplo, as empresas catarinenses com destaque em agropecuária, alimentos, bebidas, calçados e couros, cerâmica, metal-mecânica, metalurgia, plástico e borracha, química, têxtil, educação ambiental, entidades de classe, manejo florestal, *marketing* ecológico, mineração, produto verde, turismo e

---

<sup>2</sup> A revista consultada vem dando destaque para "os investimentos milionários mundiais envolvendo controle ambiental, que já faturam mais que a indústria bélica, e no Brasil movimentam mais de U\$ 1 bilhão anuais" (*Expressão*, p. 64, n. 51, Florianópolis, 1994; chamada de capa: "A era do ecobusiness").

personalidades pró-ecologia. A matéria de capa perguntava: "Você é um 'gestor ambiental'?". A banalização da problemática socioambiental é então assumida em matérias como estas que se passa a descrever a seguir.

Logo na primeira página da revista, há uma propaganda da empresa Döhler, de produtos de cama e mesa, anunciando literalmente que, dormindo (a foto mostra um casal dormindo tranqüilamente), milhões de pessoas em todo o mundo estão ajudando a preservar a natureza. Como? Apenas comprando os produtos da empresa...

No meio da revista, encontra-se talvez a propaganda mais sem propósito e, por que não dizer?, enganosa. Trata-se da empresa Souza Cruz anunciando que defende a natureza através do *Clube da Árvore*. Com um programa de Educação Ambiental que funciona desde 1982, a empresa assegura que mais de 1000 escolas da Região Sul estão recebendo, através de ações, promoções e materiais didáticos do *Clube da Árvore*, lições para proteger a água em nosso planeta. Esquece, entretanto, de certificar que seu produto é reconhecidamente contaminador de milhares de famílias de produtores de fumo, é cancerígeno e responsável por inúmeras ações de protesto, inclusive da parte do governo, que denuncia a prática do tabagismo (Silveira, 1997).

Na análise do conteúdo da revista, chama a atenção também o fato de que as matérias jornalísticas produzidas que acompanham informações de que as empresas receberam prêmios de "qualidade ambiental" são maioria, mas em nenhuma delas se lê, pelo menos, retornos diretos de melhoria da qualidade salarial, de vida e lazer da família dos trabalhadores. Como estes vivem (se é que vivem)?, porque o que aparece é apenas o lucro advindo da inovação ambiental.

Por trás das preocupações empresarias em ganhar prêmios, está bem clara a disputa por uma fatia privilegiada do público consumidor que pode pagar por produtos chamados de "ecologicamente corretos". As empresas que recuperam o meio ambiente, na fase final da produção (na revista analisada, aparecem também aquelas empresas que investiram em processos tecnológicos que modificaram todos os processos de produção, com redução de energia consumida, perda de

materiais de uso, e sempre enfatizado que "tudo é medido, avaliado, monitorado e resolvido de forma sistemática"), orgulham-se da sua eficiência. Assim, seja na suinocultura, que apresenta agora um certo controle de poluição por dejetos (mesmo sendo a cidade de Concórdia, onde está instalada a empresa Sadia, descrita por quem a visita como uma cidade fétida e nauseabunda, e com a totalidade de sua água para consumo humano imprópria, necessitando o governo do Estado investir milhões de dólares em saneamento básico sem que esta empresa gaste sequer um centavo com a poluição que produz); seja na petroquímica, que deixou de emitir 650 quilos de propano por dia para emitir 2 quilos; seja ainda nas indústrias de bebidas, couro, metal-mecânica, roupas, as quais se preocuparam com soluções corretivas e pontuais – a preocupação exclusiva é com a qualidade da produção acima de tudo.

A revista não se aprofunda na discussão dos problemas, por exemplo, das cidades onde estas empresas estão instaladas. Blumenau, em Santa Catarina, poderia ser um exemplo interessante, já que os empresários de lá vêm conseguindo melhorias ambientais (na indústria têxtil, principalmente), no entanto, a cidade vive o problema que é o medo das cheias do rio. Várias soluções já foram pensadas, mas o modelo de desenvolvimento econômico (com premiada qualidade ambiental), orgulho para os empresários da cidade, só faz cada vez mais expandir a cidade, empurrando para as áreas de risco (morros e margens de rios) as populações mais pobres. Assim, o empresário laureado com prêmios ambientais é responsável ironicamente por desastres e desgraças de famílias inteiras que perdem suas vidas nas cheias dos rios (Silveira, 1997; Mattedi, 1994).

Por último, a edição da revista analisada, de 1998, n.º 92 (ano 8), mostra o mesmo desdém pela problemática socioambiental. Estampa a seguinte mensagem do diretor-superintendente da Riocell: "Ninguém paga a mais por estarmos em dia com a questão ambiental". A revista concede ao setor do manejo florestal um importante destaque. Tudo é analisado com destaque para o melhor, a quantidade, o desempenho mais eficiente. Mesmo assim, o tema da revista aparece como sendo o

da "educação ambiental"! A publicidade que mais impressão descurada a revista oferece é da empresa do Grupo Pisa Floresta S/A, nos seguintes detalhes:

O Grupo Pisa é o maior produtor de papel de imprensa da América Latina. E chegou a isso com muito respeito ao homem e ao meio ambiente. Através da Pisa Florestal, possui 120 mil hectares de reflorestamentos e reservas naturais, que somam 40% da área. Mas a Pisa Florestal faz muito mais. Desde 1991, mantém um Programa de Educação Ambiental em Jaguariáiva que já beneficiou mais de 5 mil alunos de escolas do Paraná. Na floresta, as crianças conhecem museus ecológicos, percorrem trilhas interpretativas e participam de oficinas pedagógicas. E descobrem que todos têm um papel muito importante na preservação do meio ambiente. (*Expressão*, n. 92, p. 58, 1998)

Imagine-se a propriedade de latifúndio de 120 mil hectares de reflorestamento e reservas naturais, como diz o texto, ser sinônimo de respeito ao meio ambiente. Cento e vinte mil hectares sem biodiversidade, somente monocultura!

Mais recentemente, passaram a ser lugar-comum empresas transnacionais como a Coca-Cola e a Monsanto associando o seu nome com supostos projetos de sustentabilidade. Seguindo a comemoração da semana do meio ambiente mundial (5 de junho), a empresa de refrigerantes organizou, neste ano, uma intensa propaganda em revistas de grande circulação no Brasil. A tônica da sua campanha consistia em proclamar que "preservar é prosperar", uma vez que a reciclagem, a economia de energia elétrica e de combustível, o tratamento de efluentes e a participação da coleta seletiva em diversas comunidades são parte dos negócios da empresa, que trabalha por um meio ambiente melhor. Da mesma forma, a empresa Monsanto, no Brasil, associa suas intenções infames de monopólio econômico do mercado de sementes com a proteção da biodiversidade.

Da parte do setor público pesquisado, no que concerne ao Brasil especificamente, cumpre salientar que as políticas ambientais passaram a instituir mecanismos de regulação, integrando meio ambiente e desenvolvimento, muito recentemente, em resposta às pressões nacionais e internacionais. Na década de 60, ainda se tinha a política



ambiental voltada para os interesses desenvolvimentistas da industrialização de substituição das importações, sendo que o meio ambiente era apenas regulado juridicamente para definir os interesses de apropriação dos recursos naturais. A legislação ambiental era muito limitada ao uso conveniente da exploração dos recursos hídricos, da flora e da fauna. O aspecto preservacionista desta legislação era forte no que se referia à criação de áreas de preservação permanente, quando o interesse econômico das atividades extrativas, por exemplo, não estava presente (Monosowski, 1989; Gonçalves, 1992).

Mesmo depois de 1973, quando a imagem internacional do Brasil estava abalada porque nossa diplomacia tinha defendido, em Estocolmo, a poluição como aliada da política de alto crescimento econômico (conhecida internacionalmente como o "milagre brasileiro" – a política econômica que criou a maior desigualdade de renda mundial e efeitos devastadores em todos os ecossistemas nacionais), o país inovou apenas em se preocupar com as conseqüências dos problemas ambientais urbanos decorrentes do aumento da poluição industrial, mesmo porque o governo autoritário já era pressionado por grupos ambientalistas preocupados com a poluição nas cidades. Neste período, os alvos de fiscalização restringiam-se às atividades econômicas privadas, e em geral os grandes projetos de desenvolvimento do governo eram eximidos de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente. As atividades econômicas relacionadas com a apropriação do meio rural, principalmente aquelas referentes ao desmatamento, erosão e poluição dos rios pelo uso de fertilizantes e herbicidas, não recebiam a atenção devida da política ambiental (Wonnacott et al., 1982; Monosowski, 1989; Viola; Vieira, 1992).

A legislação ambiental hoje em vigor foi instituída através da chamada Política Nacional de Meio Ambiente<sup>3</sup>, a qual busca integração interinstitucional. Há um Conselho Nacional do Meio Ambiente, conhecido como CONAMA, com acesso

---

<sup>3</sup> Esta política está definida na Lei n.º 6.938, de 31/8/81. O art. 3º, inciso I, define o conceito de meio ambiente: "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas."

aberto à ampla participação popular, e sua estrutura está ligada à Presidência da República e aos iguais conselhos estaduais e municipais, os quais também possuem total liberdade para a participação popular. São estes conselhos, em teoria, que deveriam reunir, numa verdadeira união de esforços, todos os setores sociais para mudar radicalmente a política econômica brasileira, aplicar, com pragmatismo, os acordos firmados pelo Brasil por ocasião da Eco 92, adotando assim, em todos os níveis, no mínimo Agendas 21. Estes conselhos, entretanto, funcionam apenas de forma fragmentada, marginal e secundária – incapazes de serem agentes de fomento de uma ampla e transformadora política de desenvolvimento integrada –, ou como retórica para, muitas vezes, auxiliarem políticos vinculados ao setor empresarial maximizador de lucros (Telles, 1994; Neder, 1996; Cordani, 1997; Neder, 1998; Vieira, 1998).

Estão cada vez mais sendo criados centros descentralizados para a promoção do desenvolvimento sustentável, através de parcerias, por exemplo, entre o IBAMA e as universidades. A década de 90 vem assistindo a uma crescente expansão de formas de gestão de ecossistemas litorâneos, buscando alcançar um padrão mais racional de uso dos imensos recursos renováveis oferecidos por uma faixa litorânea de dimensões continentais e por uma expressiva rede de bacias hidrográficas. Segundo a bibliografia consultada, entretanto, os instrumentos mais utilizados pelo governo fomentam investimentos em pesquisa para o domínio do conhecimento técnico, concentrando-se em problemas ligados ao domínio da biologia de espécies nativas e ao refinamento de tecnologias de cultivo para a adaptação de espécies exóticas às condições vigentes em nosso território. A Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, possui um avançado laboratório de cultivo de peixes, crustáceos e moluscos, mas lida com imensas dificuldades para fazer frente aos impactos da expansão da ocupação urbana e das sobrecargas sazonais do turismo de massa em áreas de baías, lagoas e enseadas, onde tenta fomentar o repovoamento de espécies nativas (Vieira, 1995; 1998).

Segundo Vieira (1995) e Diegues (1993), na maioria dos

cenários que envolvem tentativas de desenvolvimento sustentado em nosso país, os esforços estão ainda muito pouco articulados com um tipo integrado de gestão tecnológica e social adaptada às características de cada comunidade, de modo a poder oferecer, pelo menos, chances de êxito para o alcance simultâneo de uma distribuição mais eqüitativa da riqueza gerada e de um aumento das margens de sustentabilidade dos recursos do local. São fortes as forças contrárias colocadas pelos processos de globalização sob a hegemonia do ideário neoliberal, pois se vê que a adaptação dos sistemas tecnológicos e sociais, em muitas áreas, não consegue fazer frente à dinâmica dos sistemas produtivos ligados a grandes projetos de incentivo a um só produto para exportação (Diegues, 1993; Vieira, 1995).

O caráter das políticas ambientais e das normas vigentes ainda reflete em muito uma preocupação setorial e preservacionista de simplesmente controlar os níveis de poluição sonora, da qualidade do ar, das águas, e de cuidar das áreas verdes de preservação. Ao lado disso, observa-se um aumento acelerado de problemas ambientais, como queimadas, garimpos e desmatamento; e de problemas ambientais ligados especificamente às áreas urbanas, como favelização, carência nos serviços de abastecimento de água e de esgoto, e intensa especulação imobiliária nas faixas litorâneas. As orientações no sentido de implementação de uma avançada legislação carecem, em suma, da contrapartida de uma política nacional séria capaz de corrigir as imensas desigualdades sociais<sup>4</sup>.

### **3 – ASPECTOS DA ANÁLISE SOCIOLÓGICA EQUIVOCADA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA BRASILEIRO**

Pretende-se, aqui, oferecer uma contribuição para a discussão teórica sobre a problemática socioambiental na

---

<sup>4</sup> Sobre o uso da legislação ambiental e o papel do Ministério Público, conferir o artigo do autor, intitulado "Atores e conflitos socioambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis – SC" (*Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Ed. UFSC, n. 26, p. 81-114, out. 1999), onde se apresenta um mapeamento e uma análise de alguns dos principais conflitos socioambientais discutidos na esfera jurídico-estatal de Florianópolis, de 1990 até maio de 1998.

atualidade, em especial tentando descrever os limites do entendimento de uma análise conceitual, qual seja a que se refere à escola que privilegia o enfoque do movimento ambientalista como movimento histórico, complexo e multissetorial, aparentemente dominante, feita sobre o movimento ambientalista do Brasil.

Propalada como teoria ou abordagem do movimento histórico, complexo e multissetorial, destaca-se a corrente que procura demonstrar que o ativismo ambientalista surgiu de demandas por melhores condições de vida, mas, aqui, é frisado que tal situação política de reação ocorreu como efeito da contraproduzitividade (o emprego de tecnologias pesadas altamente poluentes), que veio a sensibilizar os cidadãos a demandarem por valores pós-materiais. Ronald Inglehart é responsável por esta análise, que por sua vez toma como ponto de partida a teoria da "hierarquia das necessidades humanas" de Abraham Maslow (Pádua, 1991).

Na perspectiva dessa forma de análise, aborda-se o surgimento e a dinâmica do movimento, de modo a poder também situá-lo de maneira mais genérica e prática dentro da sociedade, onde então caberia uma abertura de trânsito da mensagem ecológica entre os variados segmentos ideológicos e organizados que estariam receptivos ou não a essa mensagem, dependendo da estrutura política de uma determinada sociedade. A abordagem do movimento histórico tenta enfatizar, assim, a formação de redes complexas, multissetoriais e interconectadas, mostrando que não seriam mais apenas as classes sociais que definem o sistema econômico e político, mas os novos movimentos sociais, com suas formas peculiares de produção, de relações sociais, de conflito e conscientização (Touraine, 1989).

No cerne da abordagem do movimento ambientalista como movimento histórico, complexo e multissetorial, segundo o pesquisador Eduardo Viola, parte-se fundamentalmente da conceitualização de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazos devido a quatro fatores principais:

- 1) crescimento populacional exponencial;
- 2) depleção da base de recursos naturais;

- 3) sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética;
- 4) sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (Viola, 1992).

Para Viola, o movimento surge na década de 70, através das campanhas de denúncia de associações que atuavam no âmbito local de algumas áreas urbanas do país que então já sofriam com os efeitos deletérios da poluição industrial. Neste período, fazem parte do movimento também as primeiras agências estatais ambientais criadas no país em decorrência da pressão internacional contra a atuação da diplomacia brasileira na Conferência de Estocolmo de 1972.

O segundo período observado por Eduardo Viola corresponde à emergência de um número expressivo de grupos ambientalistas a partir da década de 80. Eles são apenas quarenta no início da década, porém em 1985 já passam a somar quatrocentos em todo o País, chegando a alcançar setecentos (Viola; Leis, 1995; Viola, 1992).

Essa última data define a passagem do movimento ambientalista brasileiro de bissetorial (grupos de base e agências estatais ambientais) para um movimento complexo e multisetorial, quando então a preocupação da sociedade civil e do governo com a crise ambiental assume uma disseminação entre, pelo menos, mais seis setores, demonstrando ao mesmo tempo graus de integração e institucionalização (Viola; Boeira, 1990).

São eles: (1) grupos comunitários ambientalistas de profissionais, semiprofissionais e amadores; (2) as agências estatais ambientais no nível federal, estadual e municipal; (3) os grupos socioambientalistas de ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais preocupados, por exemplo, com questões ligadas a problemas de pessoas atingidas pela construção de grandes obras públicas (represas e reservatórios), problemas de saúde de trabalhadores rurais contaminados pela utilização de agrotóxicos, problemas ainda de associações de bairro que procuram priorizar o enfrentamento da falta de esgoto e habitação em zonas urbanas de periferia, enfim, poder-se-ia incluir aqui também outros movimentos sociais (feministas, pacifistas etc.) que

redefinem suas bandeiras em prol da ecologia; (4) os grupos de cientistas e pesquisadores de instituições universitárias preocupados com a temática ambiental; (5) o ambientalismo dos políticos e partidos; (6) o ambientalismo dos religiosos; (7) o ambientalismo dos empresários; e, por fim, (8) o ambientalismo dos educadores, jornalistas e artistas (Viola; Leis, 1995).

#### **4 – A PERDA DA RADICALIDADE DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA BRASILEIRO**

A ênfase na descrição do movimento ambientalista brasileiro como um movimento histórico, complexo e multissetorial impede de se observar que, por detrás de uma suposta evolução do movimento ambientalista brasileiro – em termos de formação de redes complexas e multissetoriais –, o ativismo ambientalista perdeu sua razão de ser, no sentido de que a multissetorialização alcançada não ampliou verdadeiramente os espaços políticos de contracultura.

Acredita-se que a radicalidade do movimento por si só já fora solapada desde a entrada no Brasil das primeiras idéias ecológicas na década de 70. Naquela época, a esquerda brasileira mais forte pressupunha como bandeira o postulado da equidade social, mas sem questionamento da base economicista. Hoje, a publicidade das ações empreendidas isoladamente na área ambiental pelo mercado e pelo governo contribui para que se pense que os problemas socioambientais são passíveis de solução sem se alterar drasticamente o modelo de desenvolvimento econômico.

A se continuar discutindo o ativismo ambientalista de forma a não se apontar para as conseqüências da perda de sua radicalidade, pelas razões acima colocadas, a tendência é de que ele seja banalizado mais do que já está.

Insistindo-se no ganho do aspecto de uma complexidade e de um nível de integração e de institucionalização política, o movimento ambientalista deixa de se caracterizar como um daqueles novos movimentos sociais que apareceram, por diversas razões, no contexto político das décadas de 50 e 60 em

todo o mundo. Pelas características que passa a assumir, principalmente a partir da década de 80, talvez seja razoável conjecturar que o movimento ambientalista brasileiro perdeu a sua característica mais distintiva: a radicalidade.

Desta forma, as questões que norteiam a discussão deste trabalho são então as seguintes: o movimento ambientalista brasileiro perdeu a sua radicalidade? Em que medida o enfoque teórico de análise do movimento ambientalista como movimento histórico, complexo e multissetorial, no caso do Brasil, deixa de conferir à problemática socioambiental a seriedade e o compromisso de se denunciar um verdadeiro esforço de mudança radical da política econômica brasileira? Pode-se falar da existência de um movimento ambientalista brasileiro com desejo de mudança radical, sendo ele tão banalizado como o é pela mídia, governo, mercado e opinião pública?

A hipótese central de investigação baseia-se na tese segundo a qual o sistema político e o mercado vêm conseguindo se apropriar do discurso radical (Habermas, 1997), sendo esta tese capaz de conferir maior verossimilhança ao tratamento dos problemas políticos socioambientais globais, portanto inclusive do Brasil, do que a tese que propugna que existem correlações de forças buscando a todo momento fazer frente à crise criada pela civilização moderna ocidental. Isso porque o espaço político, concebido enquanto espaço autônomo do agir humano, passa cada vez mais a ser limitado aos espaços antropológicos primários<sup>5</sup>, onde somente então se poderiam fomentar as forças descolonizadoras contrárias àquelas oriundas do poder da racionalidade instrumental (movimentos autônomos de resistência e de protesto, por exemplo).

A perda da radicalidade dos movimentos sociais, no geral, deve-se aos imperativos do mundo sistêmico sobre o mundo da

---

<sup>5</sup> As expressões "espaço autônomo do agir humano" e "espaços antropológicos primários" dizem respeito, respectivamente, à concepção hegeliana de sociedade civil e à terminologia habermasiana para identificar igualmente a expressão "mundo da vida", que o texto em seguida define. Na concepção hegeliana de sociedade civil, o "espaço autônomo do agir humano" mostra-se como espaço político peremptório, no sentido exato de que não há como se imaginar espaços "não-políticos". O sentido, portanto, de autonomia em Hegel difere radicalmente do sentido jusnaturalista, e por isso serve de arrimo à Teoria Social (Marcuse, 1978, p. 17-40).

vida.

Os conceitos de "mundo sistêmico" e "mundo da vida" decorrem da Teoria da Ação Comunicativa, desenhada por Jürgen Habermas numa série de trabalhos. Segundo Liszt Vieira, para Habermas,

O processo de modernização, segundo Weber, havia se caracterizado pela dominação da razão instrumental da ciência e tecnologia sobre as outras esferas sociais. A razão, sinônimo de liberdade para os pensadores do Iluminismo, acabou colaborando com as guerras mundiais, o bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki, os campos de concentração, a miséria e opressão das massas, tornando-se, para os filósofos da Escola de Frankfurt, sinônimo de dominação. Tentando buscar uma saída para este pessimismo, Habermas constrói um gigantesco e complexo sistema filosófico baseado em sua Teoria da Ação Comunicativa.

Além da razão instrumental, haveria uma razão comunicativa, fundada na linguagem, que se expressaria na busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. Essa razão comunicativa se encontra na esfera da cultura, sociedade e personalidade. Já a razão instrumental predominaria no "sistema", isto é, nas esferas da economia e da política (Estado), que, no processo de modernização capitalista, acabou dominando e "colonizando" o mundo da vida.

A razão instrumental acabou invadindo as esferas da moral e da estética. Habermas tenta resgatar o potencial emancipatório da Razão ao afirmar que a Modernidade é um projeto inacabado. Recusa a redução da idéia de racionalidade à racionalidade instrumental-cognitiva da ciência que dominaria as esferas da racionalidade prático-moral (direito) e da racionalidade estético-expressiva (arte). Para ele, é necessário fazer cessar a 'reificação' e a 'colonização' exercida pelo 'sistema' sobre o 'mundo da vida' mediante a lógica dialogal da ação comunicativa (Habermas, 1987). (Vieira, 1997, p. 36-37)

Para Habermas, o caráter inerradicável do poder e do antagonismo inerente às relações sociais apresenta-se intransparente e subvertido por força do contributo tanto da tradição liberal como do republicanismo cívico, embora destes referenciais deva-se considerar o legado imprescindível da utopia do pluralismo político conquistado como concepção moderna de cidadania (Habermas, 1998; Mouffe, 1996).



A crítica aqui feita a uma leitura do movimento ecológico como um movimento histórico que se segmenta e é incorporado pela sociedade, pelo mercado e pela burocracia do estado, é também uma crítica às concepções de poder experimentadas pela esquerda no mundo e em nosso país (Costa, 1997). Na construção da redemocratização do país (década de 80 em diante), os variados segmentos da esquerda acreditaram que uma cultura política de resistência (sindicatos e novos movimentos sociais) poderia ser substituída por uma cultura política propositiva com efeito vinculante. A política exclusivamente entendida como a luta pela conquista do aparelho estatal (direito ao voto, participação em conselhos etc.) negligenciou o hiato entre existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos atores sociais. Isso, entretanto, não significa que a energia utópica colocada na idéia de criação de um estado constitucional democrático possa ser capitulada, mas a geração do poder legítimo nas sociedades contemporâneas, com atores diferenciados investidos de poder de manipulação, prestígio e dinheiro, reside na capacidade de se influenciar a configuração das agendas públicas muito mais do que na simples tomada do poder (Costa, 1997).

Conforme Habermas, a democracia radical, para existir, necessita da autolimitação da influência dos atores da sociedade civil. A sociedade civil não pode assumir as funções que cabem ao Estado (Habermas, 1998).

O poder administrativo não é o meio apropriado para o surgimento ou até para a produção de formas de vida emancipadas. As estruturas comunicativas do mundo da vida, por sua vez, só se modificam através do *medium* da comunicação. (Costa, 1997: epígrafe: citação de Habermas)

Para que possam funcionar como catalizadores de processos espontâneos de formação da opinião, as organizações da sociedade civil não podem se transformar em estruturas formalizadas, dominadas pelos rituais burocráticos. De outra forma, o ganho de complexidade poderia significar a rendição aos imperativos organizacionais e o conseqüente distanciamento da base (Habermas, 1985). É preciso entender também que os atores da sociedade civil não possuem poder político ou administrativo,

dispõem apenas de uma forma mediatizada de geração de poder. Isto é, a influência destes sobre a política consubstancia-se nas mensagens que, percorrendo os mecanismos institucionalizados do Estado constitucional, alcançam os núcleos decisórios (os parlamentos, os judiciários e as demais formas de administração do governo), no sentido de pressionar em favor das políticas por eles desejadas. Desta forma, procura-se afastar a idéia de que a sociedade civil possa assumir as funções que cabem ao Estado (Costa, 1995).

Mas, para que isso ocorra, a sociedade civil só é imaginável num contexto social caracterizado pela existência de uma cultura política fundada na liberdade e por um mínimo de garantia de intocabilidade da esfera privada. Caso contrário, surgem movimentos populistas que defendem cegamente os cristalizados acervos de tradições do mundo da vida ameaçados pela modernização capitalista (Habermas, 1997).

Isso, assim observado, constitui uma superação ao momento liberal e republicano da democracia moderna. O momento liberal estaria hoje fadado à descrença, por haver sido concebido, segundo um modelo de esfera pública, como um espaço de atores livres ocupando posições de igualdade. Nesta concepção de democracia, o impulso utópico baseado no individualismo orientado para a maximização das necessidades materiais mostrou ser falho em não considerar o intrínseco aspecto coletivo da vida social.

Não ao contrário do momento liberal, mas constitutivo deste também, o momento republicano conferiu à vida pública um espaço de virtude e neutralidade. Das críticas a esses momentos da democracia moderna, aprendeu-se que as definições dos espaços privados não são irrefutáveis. O que teria sido construído como espaço privado na tradição do pensamento ocidental provou-se ser político.

Só hoje se percebe claramente que nossa cultura, por ter adotado padrões individualistas e reducionistas na forma de perceber a realidade, desinteressou-se pela interconexão profunda entre os fenômenos geológicos, biológicos, físicos,

químicos e socioculturais. Foi devido também aos avanços tecnológicos que a sociedade moderna distanciou-se do domínio real de seus meios de sobrevivência mais básicos, fazendo acreditar que cada vez menos se dependia do ambiente natural (Leis, 1991).

O surgimento do movimento ambientalista, em essência, é devido a uma rejeição ao modo de viver burguês expresso através da ideologia do trabalho. As sociedades de bem-estar social material perceberam o mal-estar psicológico resultante da acumulação do capital e os efeitos deletérios da poluição. As sociedades que ainda hoje perseguem o alcance dessa satisfação simplista apresentam grupos sociais empenhados em repudiar os sacrifícios exigidos para tanto (Pádua, 1991). Nestas e naquelas, o movimento ambientalista é a expressão de repúdio ao modelo de desenvolvimento econômico dominante. Entretanto, no Brasil, a disseminação da consciência pública sobre essa problemática assume contornos bem diferenciados entre os segmentos sociais. Assim, percebe-se facilmente que, com o passar do tempo, enfraqueceu-se a tônica primordial do movimento ambientalista de base (cuja crítica dirige-se ao consumismo e à exclusão social que o modelo de desenvolvimento dominante faz disseminar), e que houve um avanço de legitimidade do discurso dentro de outros segmentos preocupados com a crise socioambiental.

Apesar de aqui, o movimento ambientalista já ter sido entendido erroneamente como associado a dois velhos conceitos da ecologia política, então comuns às práticas dos primeiros ativistas do movimento verde da década de 70, contribuindo para passar a imagem de uma defesa

da natureza como sendo um lugar de virtudes isolado da vida social – lugar de todos os vícios –, e, segundo, também pelo fato de que estes primeiros ativistas foram responsáveis por defenderem, radicalmente, estilos de vida alternativos e de crítica aos valores materialistas, mas sem terem

uma preocupação de maior participação na discussão dos problemas políticos (os *hippies* são a expressão por excelência deste segmento

do ambientalismo), na atualidade o movimento mais se desradicaliza por haver cedido às pressões do sistema e se ter institucionalizado (Diegues, 1993).

A análise, entretanto, mais desenvolvida do movimento ambientalista brasileiro como um movimento histórico, complexo e multissetorial feita, principalmente, pelo pesquisador Eduardo Viola, tem tendido a acentuar um enraizamento cada vez maior na sociedade brasileira de uma preocupação com a problemática socioambiental. Essa análise pouco se preocupa em oferecer elementos de questionamento ao fato de que, a partir desse suposto enraizamento (no sistema político e mercado), houve um esvaziamento de conteúdo da mensagem do ativismo político ecológico (leia-se a preocupação, por exemplo, em absorção responsável pelos princípios do ecodesenvolvimento, pela implantação da *Agenda 21*, etc.). A verve da radicalidade é solapada, colocada como "primeira fase" do movimento (a fase da denúncia e conscientização), e daí evidencia-se claramente uma preocupação meramente descritiva sobre as "fases" do movimento, quando o pesquisador citado volta-se, com frequência considerável, em seus artigos, para a crítica da "primeira fase" do movimento, sublinhando a necessidade de superá-la.

Assim, quando diz que o caráter confrontacional do movimento, muito presente nos países pobres, dificulta uma maior integração entre o socioambientalismo e o ambientalismo empresarial para a consecução de mudanças realistas desejadas; quando diz que é preciso haver, na agenda das entidades ambientalistas, o desejo de serem favoráveis à integração tanto com agências públicas quanto privadas e que é preciso aumentar os padrões ambientais exigidos para as exportações ao mercado americano (!) (Viola; Leis, 1995, p. 152), toda essa crítica, em suma, demonstra que existe um dado óbvio subjacente que é favorável a um tipo de ecocapitalismo, e que, na arena política, os movimentos sociais que o questionarem estarão fadados ao derrisório.

Dessa forma, a análise do movimento ambientalista como movimento histórico, complexo e multissetorial, desenvolvida por Viola, parece mais corroborar a análise segundo a teoria da

mobilização de recursos, pois a partir dela os atores sociais são analisados apenas segundo o modo como tentam reunir, na forma de ações estratégicas, forças que encontrariam ressonância nas formas usuais de processamento do sistema político. Um movimento ambientalista que visasse, assim, derrocar o sistema político seria considerado bárbaro por Eduardo Viola.

Aliás, o pesquisador, ao longo de sua análise, sempre considerou como "evolução" do movimento ambientalista brasileiro a emergência de agências estatais ambientalistas, a criação de uma "avançada legislação", sem questionar que estas, na prática, tenham caráter setorial, ou seja, de escopo e efeito marginal, secundário e convenientemente flexível à preponderância do alcance dos interesses macroeconômicos e financeiros do país, ditados pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) (Viola, 1992, p. 70; Viola; Leis, 1995, p. 136).

Quando é para criticar as ações dos primeiros verdes, Viola mostra-se bastante duro. Diz literalmente:

Até meados da década de 1980, a grande maioria dos ambientalistas brasileiros era externa ao problema do desenvolvimento (sic); a ecologia e economia eram percebidas como duas realidades antagônicas (sic). Predominava uma visão ingênua e simplista, segundo a qual uma mudança de valores e comportamentos na sociedade (que seria o produto fundamental da prédica ambientalista), associada a uma nebulosa idéia de acesso ao poder por parte de representantes das maiorias pobres da população, teria como consequência uma mudança radical da política econômica (e de todas as políticas públicas) na direção de uma "sociedade ecologizada". (Viola, 1992, p. 66).

Ele negligencia, no entanto, um dado de análise clássico no terreno da Ciência Política, mesmo reconhecido por intelectuais elitistas desde Tocqueville, Burke até Ortega y Gasset, qual seja, que são estes ingênuos e simplistas (os *sans culotte*, que não vestiam as calças justas da nobreza – o culote –, por exemplo, os pequenos lojistas, artesãos, diaristas e aprendizes, que foram a força das revoluções francesas) os motores da história. Eles têm sua própria época, mas todos possuem aspirações igualitárias. Como exemplos na contemporaneidade, podem-se citar as revoluções instigadas pelo líder negro Martin Luther King, Gandhi,

as revoluções estudantis em todo o mundo, a Primavera de Praga, de Bruxelas, os levantes de Chico Mendes no Brasil, e ainda os levantes da época das diretas-já, do *impeachment* de Collor, os levantes dos sem-terra, etc. No caso dos românticos verdes do Brasil, foram eles que deram o primeiro passo para uma tomada de posicionamento e posterior formação das primeiras agências ambientais estatais, e para que os empresários adotassem medidas de controle. Não foram eles, entretanto, os responsáveis por ter caído na banalização o discurso do ambientalismo complexo e multissetorial.

Desconsiderando isso, Viola defende que: "Hoje são poucos os que colocam em dúvida o caráter multissetorial do ambientalismo brasileiro (...)" (Viola; Leis, 1995, p. 156)

Este trabalho, então, está entre os poucos que não concorda com essa tipologia para uma questão tão séria como a problemática socioambiental. Entre defender essa idéia de multissetorialização do movimento, uma vez que se têm elementos suficientes para se saber da sua perda de poder de radicalização política, é preferível desmerecer de vez o movimento, dizendo que ele simplesmente não mais existe no Brasil.

Em outras palavras, cabe considerar aqui as palavras de André Gunder Frank e Marta Fuentes: "Há muitos tipos de movimentos sociais. A maioria destes busca mais a autonomia do que o poder estatal; e os que buscam o poder estatal tendem a negar sua natureza de movimentos sociais". (Frank; Fuentes, 1989, p. 20)

Buscar esse poder estatal significa buscar a inserção política, e não simplesmente postos de controle do poder. No Brasil, conforme Viola, essa busca pela inserção política e controle do poder ocorreu na fase de "evolução" do movimento (1980 em diante). Na perspectiva da análise teórica aqui defendida, desencadeia-se o inverso: o processo de negação da natureza de movimento social. O movimento passa a perder a sua espontaneidade, o seu ativismo político-crítico, e ganha força enquanto bandeira oportunista para empresários, publicitários, agências setoriais de governo. Perdem as minorias, mesmo aquelas que na esperança de poderem pressionar o governo e empresários nas arenas políticas criadas teoricamente para a discussão dos problemas socioambientais (leia-se, por exemplo,

os conselhos setoriais do meio ambiente no nível federal, estadual e municipal), acabam sendo literalmente "engolidas" pelas forças burocráticas do sistema. Viola em nenhum de seus estudos problematiza esta questão. Talvez porque aqui estariam as evidências mais claras de que não existe a "evolução" do movimento, como ele apregoa.

De qualquer modo, vale insistir com mais outra análise de Frank e Fuentes, aqui já referidos:

(...) os movimentos sociais, assim como o teatro de rua, escrevem seus próprios argumentos (roteiros) – se é que os têm – à medida que avançam, qualquer receita de agendas ou estratégias, para não falar de táticas, por parte de pessoas alheias a eles – para não mencionar os intelectuais – provavelmente será, no melhor dos casos, irrelevante; e contraproducente, no pior dos casos. (Frank; Fuentes, 1989, p. 20)

Em síntese, até para o observador mais leigo, hoje é fácil de notar que os ativistas verdes perderam a sua radicalidade. Não existem mais, como antes, as manifestações de rua contra governo (com suas grandes obras impactantes), fábricas poluentes, empresários e mídia vendendo mentiras, etc. Não existem mais cidades como Cubatão? Parece que a tecnologia usada pelo mercado acabou com todos os problemas.

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De mais importante, pode-se concluir que a principal reflexão que fica é que é preciso pensar na trajetória do movimento ambientalista brasileiro de forma diferente de como se vem mais comumente o fazendo. Sua trajetória não deve ser vista como a de um movimento multisetorial. O movimento ambientalista brasileiro é um movimento radical, mas que perdeu essa sua radicalidade, primeiro em decorrência da tomada, sem resistência, do discurso ambientalista pela mídia e pelo governo, e, segundo, pelo fato de que esses dois setores vêm mostrando que a problemática socioambiental é de simples equacionamento.

Advoga-se aqui, como uma contribuição à crítica do movimento, que uma das razões principais desse fato reside na

análise sociológica equivocada que se fez dele, em especial através do trabalho de pesquisa de Eduardo Viola, um teórico desbravador do tema da Ecologia Política no Brasil (e que continua a ser influente).

Nesta análise, encontrou-se a crítica à "primeira fase" do movimento, quando este era então denunciador, aguerrido e cheio de entusiasmo. Mas, aos olhos da análise sociológica que surgia, ele era ingênuo. Nos últimos trabalhos de Viola, não se encontram, todavia, críticas tão duras aos setores "não-ingênuos" que hoje fazem do discurso em prol da ecologia um motivo para a maximização de lucros e ganho dos aplausos mais fáceis (leia-se empresários, agências de publicidade e governo). A discussão sociológica a esse respeito precisa, portanto, recuperar esse engano, principalmente porque a ligação dos ativistas verdes com setores das universidades que discutem a problemática ambiental é enorme, e certamente repercute nas representações sociais da problemática ambiental.

De outra maneira, pode prevalecer a idéia de que por ter cedido às pressões do sistema político e do mercado, o movimento ambientalista brasileiro é hoje um movimento de pouca importância. Ele pode parecer não mais um movimento social. É um adesivo num carro importado que usa catalisador para proteger o meio ambiente...

Finalmente, outra crítica importante que merece ser ressaltada é que a multifsetorialização do movimento teria reflexo, como subentendido, na ampliação dos espaços políticos de discussão, os quais são salutares para a democracia, mas isso não ocorreu. As políticas ambientais setoriais (como os conselhos de meio ambiente, embora com abertura para a participação popular) promovidas pelos governos federal, estadual e municipal, não têm força para interferir nas decisões macroeconômicas do país. Além disso, as decisões de mercado, mesmo aquelas com uma certa preocupação ambiental, não apresentam preocupação alguma com o ganho que pode advir com a mudança da lógica operacional do desenvolvimento, incluindo os processos de aprendizado social que a participação democrática oferece, o alargamento da criatividade no planejamento social e ecológico, que conduzem à melhoria dos objetivos socioeconômicos a longo prazo (leia-se mais equidade



social).

Certamente, a perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro figura nesta evidência que a análise sociológica a respeito do movimento não privilegiou ao longo desses anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.
- ALEXANDRE, Agripa F. Atores e conflitos socioambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis, SC. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Ed. da UFSC, n. 26, out. 1999.
- \_\_\_\_\_. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro*. Florianópolis: Ed da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 2000.
- BARTEMUS, Peter. *Environment and development*. London: Allen & Umwin, 1989.
- CORDANI, U. G. (org.). *A Rio-92 cinco anos depois: avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92*. São Paulo: Alphagaphis, 1997.
- COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *São Paulo, Novos Estudos*, n. 47, mar. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Entre o espetáculo e o convencimento argumentativo: movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais*. Programa de Mestrado em Sociologia Política – UFSC, 1997.
- \_\_\_\_\_. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, 1995.
- DIEGUES, C. *O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação*. NUPAUB/ USP, 1993.
- EXPRESSÃO. Florianópolis, n. 72 (Ano 3), 1993; n. 51 (Ano 5), 1994; n. 61 (Ano 6), 1995; n. 71 (Ano 7), 1996; n. 82 (Ano 7), 1997; n. 92 (Ano 8), 1998.
- FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo n. 17, jun. 1989.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, 1995.
- \_\_\_\_\_. Soberania popular como procedimento. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 26, mar. 1990.
- \_\_\_\_\_. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2v.
- LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. (orgs.). *Risk, environment and modernity*:

towards a new ecology. London: Sage, 1996.

MARCUSE, H. *Razão e revolução: Hegel e o advento da Teoria Social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOUFFE, C. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. *Cadernos Fundap*, n. 9, 1989.

PÁDUA, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos.

In: LEIS, H. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: FASE; AIRI/PUC; Vozes, 1991.

SACHS, I.; SILK, D. *Food and energy: strategies for sustainable development*. Tokyo: The United Nations University, 1990.

SIEBENEICHLER, F. B. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

TOURAINÉ, A. Os novos movimentos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, 1989.

VEJA SANTA CATARINA. 13 nov. 1991, p. 4-7.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro; Record, 1997.

VIEIRA, P. F. Social sciences and environment in Brazil: a state-of-the-art-report. *Working Papers*, Paris, Unesco, n. 24, 1998.

\_\_\_\_\_. *Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas*. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

\_\_\_\_\_. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (coord.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

\_\_\_\_\_. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: VIOLA, E.; FERREIRA, L. C. (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. In: *Ambiente e Sociedade*, Campinas, NEPAM-UNICAMP, n. 1, 1997.

VIOLA, E.; BOEIRA, S. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, 4. *Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira*. Florianópolis, 19-23 nov. 1990. UFSC; IBAMA, 1990.

VIOLA, E.; MAINWARING, S. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (orgs.).

*Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

VIOLA, E.; VIEIRA P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista brasileiro. *Revista Administração Pública*, São Paulo, out.-dez. 1992.

VIOLA E.; LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. (orgs.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 1995.

VIOLA, E.; FERREIRA, L. C. (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J. S.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. (orgs.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.